

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V. Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.03.2022 e 31.03.2021, acompanhada do parecer dos auditores independentes. Durante o exercício findo em 31.03.2022, a Companhia concentrou seus esforços na prestação de serviços logis-

Balanco Patrimonial em 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVO	Nota explicativa	31/03/2022		31/03/2021	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.114	55.654		
Contas a receber	5	31.004	34.560		
Impostos a recuperar	6	9.699	2.950		
Outros créditos	3	3.004	4.313		
Total do ativo circulante		94.821	97.477		
Não Circulante					
Outros créditos		780	800		
Impostos de renda e contribuição social diferidos	19	-	1.224		
Direitos de uso	8	4.570	2.569		
Imobilizado e intangível	7	57.747	29.517		
Total do ativo não circulante		63.997	34.110		
Total do Ativo		157.918	131.587		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Veloce Logística S.A. ("Companhia") foi constituída em agosto de 2008 e iniciou suas atividades operacionais após um ano, a partir da conquista de contratos de prestação de serviços logísticos, com clientes dos setores automotivo e de bens de consumo no Brasil e na Argentina. Em 2021, a empresa iniciou operações internacionais com os países Uruguai, Paraguai e Chile. Em 2022, também iniciou serviços de transportes refrigerados. A Companhia está sediada na Avenida Luigi Pagni, 239, em Diadema, Estado de São Paulo. Em 21 de maio de 2009 a Companhia constituiu uma filial na Argentina registrada perante a "Inspección General de Justicia - IGI" e na "Administración Federal de Ingresos Públicos - AFIP", exclusivamente para viabilizar a operação de transporte internacional entre Brasil e Argentina, cuja administração está concentrada na matriz estabelecida no Brasil. A Companhia tem como principal local de negócios sua matriz brasileira, estando as movimentações da filial Argentina devidamente registradas nos livros societários e sujeita às normas tributárias do Brasil. A Companhia é parte, desde dezembro de 2011, do Grupo Mitsui, seu controlador e holding, corporação que está presente em diversos países e atua em diversos segmentos econômicos. No Brasil, a Companhia atua nos setores logísticos e de transporte com operações em empresas aduaneiras. **Pandemia COVID-19:** A Sociedade vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, no que se refere à segurança das pessoas e à continuidade de seus negócios. A Sociedade não sentiu impactos no que tange a diminuição de vendas, vendas com margem negativa, importações ou recebimento por redução na demanda. Até o momento não foram notados impactos significativos em nosso negócio, mas na mesma forma áreas internas específicas de negócios estão acompanhando cuidadosamente todas as potenciais tratativas com os clientes e o setor logístico como um todo. **Encerramento do exercício social:** Considerando a prática adotada pelo Grupo Mitsui, para fins de consolidação das demonstrações financeiras na matriz, o encerramento do exercício social da Companhia se dá em 31 de março de 2022.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é determinado baseia-se no valor justo das contrapartidas pagas em troca de bens e serviços. **2.3. Moeda funcional:** A moeda funcional é o real - R\$, de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. **2.4. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.5. Uso de estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Áreas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados como líquido acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e os rendimentos são reconhecidos no resultado do exercício. **3.2. Contas a receber:** Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas, e ajustadas ao seu valor presente. A provisão para Perdas de Crédito Esperadas - PCE é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada, conforme critérios mencionados na nota explicativa nº 3.1.6. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização. **3.3. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme os termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.4. Arrendamentos:** Os pagamentos relativos a arrendamentos operacionais, que não se enquadram no CPC 06 (R2), são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente deste quando o ajuste do arrendamento é confirmado. Os pagamentos de arrendamento são avaliados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, taxa média de juros ao ano utilizada pela companhia é de 5% para imóveis de terceiros e 10% para locação de caminhões, com base na taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. **3.5. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **3.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia realiza o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há algum indicativo de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGC individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para o valor recuperável, desde que o valor contábil do ativo (ou UGC) não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não houvesse ocorrido a perda por redução ao valor recuperável.

na perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia analisou o valor de recuperação dos ativos e não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de março de 2022. **3.7. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período ou exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.8. Ajustura do resultado:** Os custos e as despesas são registrados conforme o período de competência. **3.9. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, conforme cumprimento da obrigação de performance estabelecida em contrato. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) existência da existência de contrato; (b) serviço efetivamente prestado; (c) preço fixado e determinado; (d) serviço efetivamente prestado; (e) previsão da existência de contrato; (f) serviço efetivamente prestado; (g) preço fixado e determinado; (h) serviço efetivamente prestado; (i) previsão da existência de contrato; (j) serviço efetivamente prestado; (k) preço fixado e determinado; (l) provável recebimento. As receitas de prestação de serviços da filial localizada na Argentina cujos serviços foram prestados, porém ainda não cobrados, são reconhecidas como títulos a futuro. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, por que exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre diferenças temporárias referentes aos saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e às bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, exceto os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período ou exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia espera, no fim de cada período ou exercício, recuperar o líquido e o valor contábil desses ativos e passivos. **3.11. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquida de quaisquer efeitos tributários. **3.12. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **3.13. Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia. **3.14. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada nos estatutos ou no dividendo mínimo, é registrada em rubrica separada com passivo na rubrica "Dividendos a pagar". **3.15. Lucro básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. **3.16. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) registrada com passivo na rubrica "Dividendos a pagar"; (ii) valor justo por meio de custo amortizado; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR) e (iv) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJOR). **3.17. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e não adotadas:** Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRS novas e abaixo relacionadas:

Aplicável a períodos anuais com início em	31/03/2022	31/03/2021
Prazo médio dos contratos de arrendamento		
Custo	4.557	4.557
Depreciação acumulada	554	3.060
Valor líquido	4.003	1.497
Saldo final em 31/03/2022	5.111	3.060
Depreciação	(1.988)	(1.988)
Adições	(1.358)	(255)
Baixas	-	-
Saldo final em 31/03/2022	(3.346)	(255)
Saldo em 31/03/2022	1.765	2.805
Taxa anual média de depreciação	(24)	167
9. Fornecedores		
31/03/2022	31/03/2021	
Carreiros contratados - agregados (a)	8.254	6.332
Transportadoras (a)	7.561	8.035
Provisão para fretes	1.220	961
Seguros	949	949
Outros fornecedores (b)	2.921	5.799
Total	15.395	14.837
(a) Contas a pagar para empresas prestadoras de serviços que efetuam o transporte de mercadorias, utilizando as carteiras da Companhia.		
(b) Contas a pagar relativas a empresas fornecedoras de combustível, aluguel, condomínios, embalagens e outros custos de transporte.		
10. Obrigações Tributárias		
31/03/2022	31/03/2021	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(127)	1.428
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	200	170
Imposto Sobre Serviços - ISS	96	75
Impostos retidos sobre serviços prestados	79	(12)
Total	248	1.661
11. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		
31/03/2022	31/03/2021	
Salários e obrigações sociais	717	832
Provisões de férias, 13º salário e encargos	1.968	1.708
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.979	4.249
Total	5.664	6.789
12. Outras Obrigações		
31/03/2022	31/03/2021	
Pedágios a pagar	56	51
Outras contas a pagar (a)	785	1.854
Total	841	1.905
(a) Referem-se à provisão para fornecedores de serviços cujas notas fiscais ainda não foram apresentadas, relacionadas a serviços de terceiros, bem como ao registro das notas fiscais já recebidas, porém, em trânsito interno.		
13. Provisão para Riscos: A Companhia está envolvida em disputas e riscos, nas esferas judicial e administrativa, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, civis e trabalhistas. A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:		
Natureza do risco	31/03/2021	31/03/2022
Tributária (*)	3.604	-
Trabalhista	4.766	851
Cível (**)	2.971	2.507
Total	11.341	3.358
Natureza do risco	31/03/2020	31/03/2021
Tributária (*)	1.258	2.346
Trabalhista	6.157	2.005
Cível (**)	2.566	405
Total	9.981	4.756
(*) Em 12 de maio de 2015, a Companhia recebeu o ato de infração relativo ao IRPJ e ao CSLL decorrente da glosa do custo com aluguel de carteiras da sua ENTIL controlada pela Companhia, em referência ao exercício fiscal de 2010. O valor do ato de infração é de R\$2.599 de principal, R\$5.198 referentes a multa e R\$1.077 de atualização monetária, totalizando R\$8.774. Pelo fato da controlada ter sido incorporada em 30 de abril de 2014, a Administração da Companhia, juntamente com seus assessores legais, elaborou e apresentou carta de impugnação à Receita Federal e estima perdas, em 31 de março de 2022, de aproximadamente R\$1.258, sendo R\$314 do principal, R\$675 referente a multa e R\$269 de atualização monetária. Em 2021, a companhia recebeu um		

ofício do fisco argentino (AFIP) referente a fiscalização iniciada em 2016 de âmbito administrativo. O processo continua em defesa no Foro Judicial, mas a companhia, juntamente com seus assessores legais, estima perdas em 31 de março de 2022 de aproximadamente R\$2.346.

(**) Foi constituída provisão decorrente da questão da tabela de frete mínimo, de acordo com a legislação vigente que instituiu a política nacional de pisos mínimos do transporte rodoviário de cargas. Em relação às eventuais multas e penalidades, não foi constituída qualquer provisão, uma vez que referida lei está sob julgamento do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, a Associação Brasileira de Operadores Logísticos - ABOL, obteve liminar para que a ANTT "se abstenha de aplicar aos associados da Imprimeira quaisquer penalidades previstas na Resolução nº 5.833/2018 por conta da inobservância dos preços fixados na Resolução nº 5.820/2018 e nº 5.827/2018, até que se publique nova resolução nos termos dos artigos 5º e 6º da Lei nº 13.703/2018", sendo a Veloce beneficiada pela decisão por permanecer ao rol de associadas da ABOL.

Contingências com estimativa de perda classificada como passível: A Companhia está envolvida em processos civis e trabalhistas nos valores a seguir, cuja probabilidade de perda é possível, segundo a classificação feita pelos assessores jurídicos da Companhia:

Taxa anual de depreciação/amortização%	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor
Carretas	53.164	(23.046)	30.118	22.280
Carretas frigoríficas	20	(58)	4.873	2.601
Bitrem	20	(1.124)	587	1.051
Caminhões	20	(16.769)	(3.675)	13.094
Beneficiárias e instalações	14,5	4.150	(3.099)	1.051
Máquinas e equipamentos	10	2.764	(2.232)	532
Móveis e utensílios	10	1.106	(583)	523
Veículos operacionais	20	602	(271)	331
Equipamentos de comunicação	20	189	(127)	62
Computadores e periféricos	20	2.982	(1.973)	1.009
Adiantamentos para compra de ativos	-	4.550	-	4.550
Total	95.028	(36.198)	58.830	28.275
Softwares	20	4.998	(4.071)	917
Total	98.016	(40.269)	57.747	29.517

A movimentação do ativo imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Saldo inicial em 31/03/2021 <th>31/03/2022 <th>31/03/2021 </th></th>	31/03/2022 <th>31/03/2021 </th>	31/03/2021
Adições:	29.517	32.438
Carretas:	9.425	160
Carretas frigoríficas:	4.931	-
Caminhões:	14.059	-
Beneficiárias e instalações:	-	112
Máquinas e equipamentos:	210	9
Móveis e utensílios:	140	139
Equipamentos de comunicação:	43	3
Computadores e periféricos:	395	583
Adiantamento para compra de ativos:	4.550	1
Software:	35	6
Total de adições:	33.892	1.016
Baixas liquidadas:	(430)	(349)
Depreciação e amortização:	(5.232)	(3.588)
Saldo final	57.747	29.517

Teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível - "impairment" Nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021, com base nos testes efetuados anualmente, não foram identificados indicadores de perda do valor recuperável desses ativos.

Quantidade de ações

Mitsui & Co. Ltd.	24.893.959
Mitsui & Co. Brasil S.A.	2
Total	24.900.001

O capital estatutário da Mitsui & Co. Ltd. encontra-se registrado no Banco Central do Brasil - BACEN e a distribuição de dividendos e a repatriação de capital a não residentes estão sujeitas à regulamentação desse órgão. **b) Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante prática estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado. • 1% relativo à destinação de dividendos obrigatórios, previsto no estatuto social da Companhia. O saldo, após a apropriação da reserva legal e distribuição de dividendos será destinado para reserva de lucros. A Companhia está avaliando sobre uma distribuição adicional de dividendos com a matriz. O cálculo da destinação do lucro líquido do exercício, correspondentes aos exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021, está demonstrado a seguir:

31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do exercício	23.589
Porcentual de reserva legal a constituir	5%
(-) Reserva legal	(1.179)
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	22.410
Porcentual de dividendos obrigatórios	1%
(-) Dividendos obrigatórios	(224)
Reserva de lucros constituída	22.186

16. Receita Líquida de Serviços Prestados

31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta de serviços:	
Transporte nacional	22.203
Transporte internacional (b)	211.416
Armazenamento - "cross docking" (c)	3.609
Armazenamento - "in house" (d)	7.654
Total	244.982
Deduções:	
Impostos	(5.422)
Abatimentos	-
Total	(4.224)
Receita líquida de serviços prestados	239.560

(a) As receitas de transporte nacional são compostas por serviços de transporte de mercadorias "interplantas", ou seja, entre as unidades dos clientes, e por serviços de "Milk-run", em que é feita a coleta de partes e peças nos fornecedores dos clientes e em suas unidades para encaminhá-las ao armazém de "cross docking". (b) As receitas de transporte internacional compreendem basicamente o transporte de partes e peças do armazém-geral ou das plantas dos clientes no Brasil, para as unidades dos clientes da Companhia em Córdoba, Rosario e Zarate, na Argentina, entre outros, assim como o transporte de mercadorias da Argentina para o Brasil. (c) As receitas de armazenamento relativas a serviços de "cross docking" consistem em separar as mercadorias recebidas, padronizá-las de acordo com os moldes do cliente e preparar as carteiras com as distintas mercadorias conforme a necessidade dos clientes. (d) As receitas de armazenamento relativas a serviços de "in house" consistem em separar as mercadorias recebidas, padronizá-las de acordo com os moldes do cliente e preparar as carteiras com as distintas mercadorias conforme a necessidade dos clientes, e são realizadas em armazéns externos, sendo um deles na cidade de Guarulhos, no Estado de São Paulo.

17. Custos e Despesas por Natureza

31/03/2022	31/03/2021
Custos com transporte, líquido de créditos	(146.966)
Gastos com pessoal e serviços de terceiros	(48.019)
Provisão para riscos	(2.366)
Depreciação e amortização	(6.845)
Aluguel de instalações e despesas com condomínio	(1.207)
Juros custos e despesas	3.723
Total	(201.680)

Classificados como: Custo dos serviços prestados (192.130) (131.872) Despesas gerais e administrativas (15.705) (13.163) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas 6.155